

Estrangeirados, Iluminismo, Enlightenment— uma revisitação de conceitos no contexto português

RESUMO: A questão portuguesa dos ‘estrangeirados’ merece ser revista como um exemplo de conflito de valores entre uma visão do mundo dominada pelo espírito da Contra-Reforma e a modernidade emergente no Centro e Norte da Europa. Uma breve análise de um clássico ensaio português sobre o tema, da autoria de Jorge Borges de Macedo, serve de entrada para esta revisitação do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Estrangeirados; iluminismo; Enlightenment; valores; Contra-Reforma; modernidade; ‘despotismo iluminado’; Luzes

ABSTRACT: The issue of “estrangeirados” in Portuguese culture needs to be revisited as an example of a conflict of values between a worldview dominated by the Counter-Reformation spirit and the modern worldview emerging in Central and Northern Europe. A brief analysis of a classic Portuguese essay on the topic by the historian Jorge Borges de Macedo offers us an opportunity for this reevaluation of the much debated topic in Portuguese cultural history.

KEYWORDS: Estrangeirados; Illuminism; Enlightenment; values; Counter-Reformation; modernity; ‘Enlightened despotism’; Luzes

Num colóquio sobre “Portuguese History in a global context”, realizado na Brown University, Nuno Monteiro, ao visitar a obra de Kenneth Maxwell sobre o Marquês de Pombal, resumiu a sua ideia central com as próprias palavras do historiador: “the story of Pombal’s administration is (...) an important antidote to the overly linear and progressive view of the role of the eighteenth-century Enlightenment in Europe and the exercise of state power”.¹

Na sequência, Monteiro mencionou a elogiosa recensão de Derek Beales, publicada em *The New York Review of Books* em 1996, na qual afirmava que Maxwell “is entirely right to argue that enlightenment and despotism can, up to a point

and with a certain definition of despotism, be compatible". Mas acrescentou: "Yet Pombal does not fit perfectly into the eighteenth-century enlightened despotism. An enlightened despot would be despotic in the sense of possessing complete power, but he would exercise it according to Enlightened principles, which, varied they could be in many matters, almost always included respect for laws and a refusal to seek personal profit. This was not true of Pombal".²

Complementando a sua apreciação crítica da obra de Maxwell, Nuno Monteiro lembrou que Jonathan Israel escreveu, a propósito do mesmo livro: "for all its anticlericalism, secularism, and willingness to emasculate the Inquisition, the officially sanctioned 'enlightenment' carried through in Portugal and Brazil by the Marquis of Pombal, the powerful chief minister of the crown who virtually ruled Portugal between 1750 and 1777, was not in any meaningful sense 'enlightened' (...) Pombal's Enlightenment (...) was primarily a mechanism for enhancing autocracy at the expenses of individual liberty and especially an apparatus for crushing opposition, suppressing criticism, and furthering colonial economic exploitation as well as intensifying book censorship and consolidating personal control and profit".³ No mesmo sentido escreveu Christopher Storrs: "it is difficult to regard him as truly enlightened, particularly in the view of his intolerance of opposition and his harsh treatment of his critics".⁴

Ainda neste contexto, mas em sentido contrário, Monteiro fez referência a Tim Blanning, que, embora não cite diretamente Maxwell, considera Pombal um exemplo paradigmático de iluminismo: "Once one expands one's field of vision to embrace this wider constituency of policy-makers, however, the influence of the Enlightenment is next to impossible to deny. The achievements of the Marquis of Pombal (1699-1782) in Portugal as first minister to Joseph I (1750-77) provides an excellent example".⁵

Em conclusão, o historiador Monteiro sugeriu que deixássemos de nos preocupar com questões de rótulos,⁶ nesse caso termos como o Iluminismo, e considerássemos Pombal apenas como um reformista.

A controvérsia é eloquentemente ilustrativa por tocar no fundo de uma questão que nada tem de nominalista: o significado de Iluminismo, Aufklärung ou Enlightenment, pormenor bem mais importante do que pode parecer à primeira vista. Numa intervenção no debate, chamei a atenção para o facto de que não se tratava meramente de uma questão de nomenclatura. Na verdade, Pombal substituiu valores estabelecidos por outros de sua própria escolha, mais ou menos próximos dos valores do chamado "despotismo iluminado". Quer dizer, estamos perante

uma questão que, no fundo, tem a ver com valores sócio-políticos, ou, mais simplesmente, com valores culturais (no sentido antropológico de “cultura”).⁷

Vejamos agora outro caso do mesmo período da história da cultura portuguesa que se relaciona intimamente com esse — como se espera demonstrar — e que gerou uma famosa polémica em torno do termo “estrangeirados”. O conceito generalizou-se no século XIX e, sobretudo no século XX, foi em parte devido a António Sérgio.⁸ Atualmente, porém, prevalece entre os historiadores a opinião de Jorge Borges de Macedo que, num ensaio muito citado — *Estrangeirados: um conceito a rever* —, supostamente destruiu a utilidade analítica do conceito. Para alguns historiadores contemporâneos, o texto é demasiadamente datado por ter sido formulado em termos de um debate implícito com Vitorino Magalhães Godinho, e sobretudo, e mais explicitamente, com António Sérgio. Todavia, ele continua sendo citado ou referenciado como o clássico sobre o tema, e nunca encontrei uma análise textual crítica sobre ele, precisamente o que me proponho tentar nas páginas que se seguem. Antes de prosseguirmos, porém, será oportuno visitar algumas de suas passagens mais citadas:

[No século XVIII] só se salvava uma “corte de estrangeirados” esclarecidos, dados à experiência, à física, à matemática, ciências exactas e, por consequência, expoentes máximos da verdadeira cultura, tão desprezada no Portugal do século XVIII. E assim se chega ao último pressuposto, implícito ou explícito, no conceito de estrangeirado: envolve uma concepção de história como tribunal (que Lucien Fébvre tanto veio criticar), pela qual os historiadores estudam o passado, não para o compreender nas forças que nele agiram e se manifestaram, não no sentido de dar ao homem uma dimensão mais ampla do que o seu tempo, mas para “julgar” o passado, para o considerar em função do que, no presente, se toma como “o melhor”: não para apreender os actos humanos “que fizeram sociedade e cultura” (como?) mas para os criticar em função do que nós queríamos que eles tivessem feito, de modo a integrá-los numa evolução estabelecida, até ao nosso tempo.⁹

E mais adiante: “A ‘criação’ dos estrangeirados era uma bandeira actualista e muito menos histórica, tão só aplicada às polémicas e sugestões da opinião pública, nos tempos da guerra e do pós-guerra de 1914-1918, em Portugal” (28).

Borges de Macedo fundamenta a sua crítica na seguinte constatação retirada do que entretanto ocorrera no estudo da História:

O conceito de lei histórica também se modificou. Em consequência, as sociedades deixavam de ser vistas como avançadas ou atrasadas, para se analisarem no processo geral de formação e sobrevivência, com os modelos que dentro dela se estruturavam e na expressão geral que depois se lhes procurava dar. O conceito da evolução unilinear tornava-se desinteressante e a predileção pelas hierarquias de povos, do menos culto para o mais culto, eram tidas como simples exercícios propiciatórios das hegemonias imperiais ou para a consolidação interna das elites que, deste modo, se auto-justificavam. Era assim, criticamente, posta em causa a maior parte dos preconceitos donde tinha partido o conceito do “estrangeirado” (29).

Ainda mais adiante, Borges de Macedo, sem conseguir esconder alguma indignação, e depois de lembrar que nem o “estar” em Portugal trazia unidade, nem o viajar obrigava a opinião ou mudança de opinião, além de evocar uma diversidade de nomes de autores e pensadores que não permitem reduzir o século xviii a uma imagem estereotipada, acrescenta:

Podemos inquirir se o conceito de estrangeirado não esconde um aristocracismo de situação, um mobilismo viajero, muito mais do que um apelo à competência e ao valor real, inclinando-se para uma certa forma de influência, sem estudar outras. Importa saber se a definição de estrangeirado, voltada para um certo tipo de ciência, exprime a totalidade, ou o melhor, da inquietação, do descontentamento com a cultura portuguesa e se a consideração dos anseios de alguns viajantes—mesmo cultos—conduz os historiadores às fontes autênticas das transformações culturais portuguesas, cuja riqueza se revela, com tão elevado cunho, na história da arte, assim como na vida política e na evolução económica. Importa saber se o conceito, presumindo formas privilegiadas de assimilação, nos aproxima, ou afasta, dos modos constantes e últimos da evolução cultural ou nos leva para interpretações circunstanciais, pessoalistas, confundindo os motores sociais que a história procura, com expressões individuais, indispensáveis na criação, mas cujo processo de inserção nas sequências sociais nem se apresenta esclarecido nem se compadece com generalidades (36-37).

Apenas mais uma citação para terminar esta tentativa de síntese dos pontos de vista de Borges de Macedo: “Em suma, é preciso averiguar se o conceito de estrangeirado contribui de algum modo para definir com maior segurança a

estrutura própria da cultura portuguesa que deve ser o nosso mais significativo objectivo. E temos de convir que não” (38).

Tal como no caso das críticas a Kenneth Maxwell, a crítica de Borges de Macedo a António Sérgio tampouco se resume a uma questão de terminologia ou de conceitos. As divergências, para além de questões meramente lexicais, têm a ver com concepções distintas de história. No entanto, Borges de Macedo parece esquecer, ou prefere ignorar, que Sérgio é um ensaísta, e que a sua história se apresenta declaradamente como uma “interpretação da história de Portugal”.¹⁰ Sérgio é um intelectual que defende um conjunto de valores herdados do Iluminismo, cuja emergência procura detectar na história de Portugal, além de tentar definir o espaço (ou a falta dele) que esses valores tiveram para crescer e se implantarem, tornando-se parte da cultura dominante. Sérgio toma obviamente como modelo as sociedades do Centro e Norte da Europa que cultivaram, desenvolveram e adotaram os valores do Iluminismo, tendo criado sociedades civis assentes neles. Procura também perceber o que, na sua visão, correu mal na história portuguesa, ou seja, procura identificar o que terá impedido que o nosso país acompanhasse a Europa do Centro e do Norte nesse processo. O conceito de estrangeirados não foi inventado por ele. O ensaísta retirou-o da linguagem corrente dos círculos em que se debatiam os valores do Iluminismo. O facto do termo “estrangeirado” ter surgido para identificar alguém com ideias estrangeiras, precisamente as das Luzes, confirma tratar-se de um conflito de mundividdências em que se entrechocam e se digladiam valores de fundo. O conflito está lá, explícito ou implícito, e a Inquisição está longe de ser a única força a rejeitar os valores exógenos. Que o termo só tenha aparecido tardiamente, no século xix, não quer dizer que a luta não existisse anteriormente sob outros nomes, ou mesmo sem um nome específico. O facto da gravidade só ter sido descoberta no século xviii não significa que ela não exercesse a sua ação antes disso.

Borges de Macedo é um historiador e entende a história como um exercício de entendimento e compreensão do que uma cultura fez e como chegou aonde está, sem que o historiador introduza no seu relato qualquer juízo de valor. Ele afirma:

Torna-se, do mesmo modo, oportuno, inquirir se há alguma justificação metodológica em tomar as culturas como divididas em superiores e inferiores, atrasadas ou avançadas, ou se não é muito mais indicativo da sua autenticidade procurar compreendê-las na originalidade, a expressividade e a rapidez de selecção das propostas do ajustamento do corpo colectivo onde se inserem (37).

Essa posição não é apenas perfeitamente legítima, como é a mais institucionalizada nos nossos tempos, se bem que a ideia de uma história baseada somente em factos e passível de ser entendida sem a interferência de juízos de valor por parte dos historiadores é hoje tida como utopia. Basta lembrar Hayden White e a sua clássica obra *Metahistory*.¹¹ Ainda assim, Borges de Macedo não consegue evitar a comparação com outras culturas quando sugere que cabe ao historiador compreender a “originalidade, a expressividade e a rapidez de selecção das propostas”. O que é isso se não a abertura a comparações, explícitas ou implícitas, com outras culturas? De qualquer modo, a perspectiva de Sérgio foi a de um filósofo da cultura e não a de um historiador; a sua preocupação era, sobretudo, a de um cidadão interessado na intervenção cívica em defesa de um conjunto de valores que gostaria de ver integrados na sua pátria.

Por esta altura, espero que esteja claro que o meu ensaio pretende ser uma proposta de leitura do debate em torno do conceito de estrangeirados como o de um conflito de valores surgido no interior da sociedade portuguesa, que em Quinhentos se abriu a novos mundos, prometendo sair da mundividência medieval com feitos de vanguarda e lançando mesmo alguns alicerces na tomada da experiência como fundamental critério de verdade, primeiro passo para o avanço da ciência moderna. Pelo menos alguns espíritos se abriram com notável fascínio às novidades que começaram a encontrar para além da Barra do Tejo e do Atlântico: Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro, Fernando Oliveira, Garcia de Orta e até Camões. O conflito surgiu porque esse processo de modernização veio todavia a recuar, gerando um fechamento num universo defensivo que se queria impenetrável ao novo, àquilo a que se veio a chamar Iluminismo.

Descobri há algum tempo que não estava sozinho na minha leitura da questão dos estrangeirados como sendo, no fundo, um debate entre defensores e opositores do Iluminismo. Encontrei, há alguns anos, um muito bem informado e criterioso ensaio de um falecido historiador luso-americano, Manoel da Silveira Cardozo, que foi professor na Catholic University of America.¹² O ensaio, que se intitula “The internationalism of the Portuguese Enlightenment: The role of the Estrangeirado, c. 1700-c. 1750”, faz parte da coletânea *The Ibero-American Enlightenment*,¹³ que propõe um levantamento das mais importantes figuras da história cultural portuguesa influenciadas pelas ideias iluministas. Utilizando no próprio título do ensaio o termo “estrangeirados”, Cardozo aborda o seu inventário segundo as coordenadas teóricas por mim adotadas, isto é, considerando os estrangeirados (com ou sem esse nome) como desviados do ideário e da

mundividênciamedievalebarrocaque,emcombinação,sobreposiçãooumesmo emsimultaneidade,prevalecia noespaço culturalportuguês. Entreosnomes cuja obra e ideias Cardozo passa em revista contam-se D. João V, Dom Luís da Cunha, Dom Rafael Bluteau, Manuel de Azevedo Fortes, Francisco Xavier Leitão, Jacob de Castro Sarmiento, Bento de Moura Portugal, Diogo de Mendonça, Francisco Xavier de Oliveira (mais conhecido como Cavaleiro de Oliveira), António Nunes Ribeiro Sanches, Luis António Verney, Alexandre de Gusmão, Teresa Margarida Silva e Orta e Matias Aires Ramos da Silva.¹⁴ A maioria destes estrangeirados viveu de facto grande parte de suas vidas no estrangeiro; alguns até nasceram fora de Portugal—no Brasil, por exemplo. Entre eles, contam-se eclesiásticos cultos e altamente informados.¹⁵ Mas, no seu conjunto, eles foram sobretudo introdutores de ideias e hábitos culturais iluministas em Portugal, não pioneiros de qualquer movimento no estrangeiro, como autores de obras marcantes que tenham contribuído para o avanço da modernidade nos países onde viveram. Manoel da Silveira Cardozo tem perfeita noção dessa realidade, e é por isso que termina o seu ensaio da seguinte forma:

During the eighteenth century, in conclusion, a variety of forces of dissolution and renovation, subtle and complex in their operation, were at work in a Portugal that was still essentially Baroque and largely traditional. Yet within the larger society, paraphrasing the luminous words of Jaime Cortesão, an active nucleus of cosmopolitan and internationally minded Portuguese, the estrangeirados, existed and moved about. These estrangeirados, some of the more interesting we discussed above, were faithful for the most part to a universalist ideal of nation, of a people who had created other peoples and assimilated other cultures, and a later, “between Portuguese and foreigners, without a focus, deviant, already pointing in the direction of other destinies, the group of Brazilian Portuguese, [men] who evolve, like stars in formation, in the nebulous spiral.”¹⁶ During that extraordinary period of contradictions and incoherences, fanaticism existed side by side with an amiable tolerance, traditional aristocracy with an egalitarian cosmopolitanism. An exterior intransigence was somehow mitigated by an interior freedom, reminding one of “majestic organisms, whose foundations a hidden malady undermines,” but still “tremble with a voluptuous excitement that precedes the fear of death.”¹⁷

Poderá argumentar-se que completei um círculo vicioso ao citar um luso-americano que, por sua vez, se serve de Jaime Cortesão—de quem Jorge Borges

de Macedo discorda frontalmente—para expressar pontos de vista que o próprio Borges de Macedo faz questão de desconstruir no ensaio citado anteriormente.¹⁸ Mas, na verdade, o que Cardozo faz não é apontar erros à história de Portugal nem propor outros rumos que ela deveria ter tomado, mas simplesmente identificar linhas de força que cresceram em dissonância perante o ideário ibérico dominante, aproximadas e/ou influenciadas pelo ideário dominante no universo cultural europeu do Centro e do Norte. Precisamente o conjunto de ideias então conhecidas por “iluministas”, atualmente englobadas no termo genérico “modernidade”. Com efeito, fez falta a Borges de Macedo definir melhor a sua ferramenta conceitual. No caso de Cardozo, o seu ensaio fazia parte de um conjunto de ensaios de autores diversos, harmoniosamente estruturado e em que se nota uma partilha conceitual de fundo. Por exemplo, o conceito de Iluminismo é tema de um estudo separado de Robert N. Beck que abre o volume, intitulado precisamente, “The Philosophical Concept of Enlightenment”.¹⁹ Beck identifica como ideia-chave do iluminismo um novo conceito de razão herdado de Kant: uma razão ligada à ciência e à liberdade e a uma nova moralidade resultante de um casamento da razão com questões morais, políticas e até religiosas sempre com base no “natural”.²⁰

Beck tem, ele próprio, algumas questões a propósito do Iluminismo, mas elas não interessam aqui. Também não estou interessado em regressar a esse tema sobre o qual tenho escrito em vários lugares, particularmente em torno do que constitui o conjunto básico de valores do Iluminismo ou, preferencialmente, da modernidade.²¹

Face a tudo o que acima foi dito, suponho que ficará claro haver algo no muito citado ensaio de Jorge Borges de Macedo que beneficiaria de uma maior serenidade e, sobretudo, de um aprofundamento conceitual que tornasse mais sólidos os seus pressupostos teóricos. Das suas insuficiências nesse domínio resulta uma argumentação fragilizada, plena de instabilidades e algumas incoerências, como se pode verificar nesta passagem que encerra as suas reflexões sobre o material em questão:

Nem todos vêem a cultura portuguesa do mesmo modo, as críticas não coincidem, como não coincidem as soluções. Todas se tomam como superiores (por isso se diferenciaram), mas nenhuma o é. Neste contexto, há estrangeirados, quando criticam a cultura da sua terra, em função de modelos procurados fora dela e, para serem significativos, não precisam de ter “razão”. [...] Pode ser-se estrangeirado, ao mesmo tempo que medíocre e nunca se tersaído do país (47).

A passagem, a título de exemplo, um apenas entre vários outros, merece alguns comentários:

1. “Não existem culturas superiores ou inferiores”, concedamos, mas é sempre possível comparar áreas específicas. Não será difícil dizer que, na área da ciência, da tecnologia, das liberdades civis e da democratização da educação, áreas fulcrais do conceito de modernidade, o Portugal dos séculos xvii, xviii e xix não conseguiu acompanhar os países que lideraram o Iluminismo.
2. Os estrangeirados que criticam Portugal pelo facto referido acima expressam os seus valores com a mesma legitimidade dos que acham que Portugal não deveria nunca ter tentado importar os ideais iluministas.
3. Nunca se advogou que, para alguém considerado estrangeirado, era condição sair do país.

Esses são apenas breves comentários que se prolongariam se nos debruçássemos sobre outras passagens do texto de Borges de Macedo.

Uma outra observação que urge registar aqui prende-se com o facto de o termo “estrangeirado” (ou o seu referente) ser usado sobretudo em sentido pejorativo pelos defensores do *statu quo*. São os iluministas como Sérgio que lhe dão conotação positiva. Repare-se, porém, que—e aqui penso no caso da avaliação supostamente contraditória de Pombal com que abri este ensaio—uma coisa é a realidade nomeada (ou coberta) por um termo—neste caso, uma diferença cultural que pode ser correta ou incorretamente definida ou identificada—e outra é a avaliação positiva ou negativa que dela se faz.

É tempo de encerrar esta excursão por um conceito que tanto ânimo acendeu, mas não queria fazê-lo sem referir o Abade Correia da Serra, um estrangeirado adepto dos ideais iluministas, que foi talvez mais além do que ousaram todos os mencionados por Manoel da Silveira Cardozo (ele, por sinal, viveu alguns anos em Washington, D.C., precisamente onde o historiador luso-americano lecionou). Com efeito, o Abade reúne todas as características necessárias para ser considerado uma figura ímpar do iluminismo português: era padre, viveu em Londres, onde estabeleceu decisivos contactos com figuras da ciência, e em Paris, onde conviveu com grandes figuras do iluminismo francês. Depois foi para os Estados Unidos e privou com os *Founding Fathers* da nação americana, a primeira grande experiência prática dos ideais iluministas,²² e tê-los-á mesmo inspirado e auxiliado nos seus propósitos iluministas. Mais ainda, retornou à sua

pátria de origem para, juntamente com o Duque de Lafões, fundar a Academia das Ciências, desse modo tentando intervir na cultura portuguesa ao mais alto nível, provocando uma maior aproximação dela aos valores da modernidade.

É outro exemplo de um estrangeirado que certamente nunca se auto-intituiu assim, nem foi conhecido como tal, mas nem por isso deixou de ser alguém que se apaixonou pelos ideais iluministas e, naturalmente, procurou fora do país o convívio intelectual que a pátria não lhe oferecia nem permitia, pelo menos ao nível a que ele aspirava. Nem por isso deixou de amar a sua pátria e de a ela querer voltar quando pôde, de modo a ainda poder fazer algo por ela, para além do que já no estrangeiro fizera, como quando, entre 1816 e 1820, foi Ministro Plenipotenciário de D. João VI em Washington, intervindo tanto quanto pôde na salvaguarda dos interesses do que era então o Reino Unido de Portugal e Brasil.²³

Como afirma corretamente Borges de Macedo, “evidentemente que existem no século xvii como nos outros [no xix, por exemplo] tensões dialéticas diversas. Não pode por isso”—prossegue o historiador—“supor-se que os factores dinâmicos sejam externos e que os seus mentores e as propostas que apresentam venham de ‘fora’”(44-45). É natural e tido por certo que forças da referida dialética tenham vindo de dentro. Não foi por acaso que Portugal, numa área como a da abertura à mentalidade empírica, foi pioneiro nos séculos xv e xvi. No entanto, esse espírito de abertura ao novo acabou por ser cerceado, e Portugal se fechou. Muitas das possíveis forças que poderiam ter intensificado a dialética pró-iluminismo viram-se obrigadas a procurar refúgio fora do país. Outras ficaram dentro, mas não puderam evoluir na justa medida que o seu potencial humano lhes permitia por lhes faltar meios adequados. Encontraram-nos em abundância em terras estrangeiras, onde se estrangeiraram.

Se as ideias iluministas provocaram sempre resistências por todos os lados, muito maior foi a resistência em Portugal, porque a distância geográfica em nada ajudava e também porque a Espanha se erguia a atravancar-lhe o caminho da Europa. Daí também que muitas das figuras que os veicularam tenham vivido e agido isoladas, e não tenham conseguido um ideário comum entre si, cada qual fixando-se mais nesta ou naquela faceta ou dimensão da modernidade.

Espero ter conseguido ressaltar que, se podemos falar, em termos genéricos, de uma mundividência iluminista a ganhar proeminência e predominância no Centro e Norte da Europa em conflito com outra mundividência—a medieval e barroca—predominante em Portugal, nenhum dos atores históricos encarnou esses tipos ideais (para recorrermos a um conceito de Max Weber). Então como

hoje, trata-se de figuras complexas, com conflitos internos e externos, coerências e incoerências resultantes de experiências de vida diversas, que acabam marcando os seus ideários. Não é antigo nem moderno esse predicado humano. É de sempre. E aplica-se, inevitavelmente e sem exceções, até mesmo aos historiadores, que, consciente ou inconscientemente, usam as suas escalas de valores pessoais na sua revisão crítica de personagens, factos e períodos históricos. Assim sendo, as avaliações de casos como o do Marquês de Pombal, com que abri este ensaio, são tão díspares, como o são também os valores de quem emite tais juízos. Desnecessário será acrescentar que a modernidade em absoluto nunca existiu. Ela foi e continua a ser um conjunto de valores que—hoje sabemos bem—se cruzam e até se entrecrocaram, por vezes violentamente. A dialética a que alude Jorge Borges de Macedo ainda não se evaporou. Por isso não é estranho que haja tantas concepções de modernidade como quantos são os autores que sobre ela escrevem, e tão diversos os juízos emitidos, já que, como disse, diversas são também as bitolas usadas na avaliação. Nada disso é alheio aos historiadores nem à história, que vive sempre mergulhada nesse tipo de conflito.

Posteriormente à escrita deste texto tomei conhecimento de um excelente ensaio, em inglês, da autoria de Ana Carneiro, Ana Simões e Maria Paula Diogo: “Enlightenment Science in Portugal: The estrangeirados and their communication networks”,²⁴ que suplanta indubitavelmente o levantamento histórico elaborado por Manoel da Silveira Cardozo, mas também transporta a análise do papel dos estrangeirados para um contexto mais vasto, nomeadamente o da Europa do seu tempo. Quanto ao seu impacto em Portugal, as autoras concluem que “[t]he scientific endeavours of the estrangeirados remained largely ignored”, que “they were not capable of creating a scientific tradition in their fields of expertise”, e que eles estavam mais em consonância com as práticas científicas da Europa que do seu país (613). O historiador económico José Luís Cardoso, por sinal, tem trabalhado sobre o mesmo período apontando as diferenças entre as estruturas económicas que ajudam a explicar esse atraso. Interessado sobretudo na questão dos valores e das mundividências, o meu objetivo foi revisitá-la a questão como desfazamento de visões do mundo com valores concomitantes que ditam comportamentos culturais em todos os níveis, incluindo os económicos.

notas

1. Kenneth Maxwell, *Pombal: Paradox of the Enlightenment*, Cambridge University Press, 1995, p. 161. See also Nuno Gonçalo Monteiro, "Book Review: Maxwell, Kenneth. *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995," *e-Journal of Portuguese History*, v. 11, n. 1, Summer 2013, pp. 110-119.

2. Derek Beales, "The Enlightened Despot," *The New York Review of Books*, 18 April, 1996, p. 34.

3. Jonathan Israel, "Enlightenment! Which Enlightenment?," *Journal of the History of Ideas*, vol. 67, no. 3, 2006, pp. 523-545.

4. "Pombal" in *The Encyclopedia of Enlightenment*, vol. 3, Oxford University Press, 2003.

5. *The Pursuit of Glory: The Five Revolutions that Made Modern Europe: 1648-1815*, Penguin Books, 2007, p. 294. Agradeço a Nuno Monteiro a gentileza de me ter enviado todas essas citações, retiradas do texto que leu no referido colóquio.

6. No debate, falou-se dessas questões como "nominalistas." No entanto, na história das ideias, "nominalismo" é um termo técnico clássico que se contrapõe a "realism." Designa a posição de William of Occam e dos seus discípulos, que achavam que os nomes dos conceitos abstratos eram apenas nomes e não uma realidade. Ao tomarem essa posição, opunham-se aos realistas, que consideravam os nomes universais entes reais.

7. *Desenvolvi considerações em torno do conceito em De Marxa Darwin – a desconfiança das ideologias*, Gradiva, 2009, cap. 2, pp. 45-54.

8. Ver seu ensaio "Reino Cadaveroso," em *Ensaios*, Sá da Costa, 1958, e, nessa linha de pensamento, a entrada "Estrangeirados," de António Coimbra Martins, no *Dicionário da História de Portugal*, coordenado por Joel Serrão, Vol. II (Porto: Inicativas Editoriais, s. d.), pp. 466-473.

9. Edições do Templo, s.d [1979?]

10. Veja-se o título da sua história: *Breve interpretação da história de Portugal*, Livraria Sá da Costa, 1979.

11. Hayden White, *Metahistory – The historical imagination in nineteenth-century Europe*, The Johns Hopkins University Press, 1973.

12. Manoel da Silveira Cardozo (1911-1985) foi, em 1962, eleito Presidente da American Catholic Historical Association.

13. Edição de A. Owen Aldridge, University of Illinois Press, 1971.

14. Para os estrangeirados que analisa, Cardozo utiliza como fontes de informação conhecidas obras: *Fidelino de Figueiredo* (História da Literatura Clássica), *Vitorino Nemésio* (Exilados (1828-1832) histórias sentimentale política em migração), *Hernâni Cidade* (Ensaio sobre o crescimento do século XVIII) e *Jaime Cortesão* (Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid), entre outras.

15. Por sinal, e muito curiosamente, num obituário de Manoel da Silveira Cardozo, Henry Hunt Keith descreve-o como "a cross between a baroque and an Enlightened man."

"Manoel da Silveira Cardozo (1911-1985)," *The Hispanic American Historical Review*, vol. 66, no. 4, 1986, p. 768.

16. Cardozo cita aqui Cortesão, p. 119.

17. De novo Cortesão, mesma página.

18. Porque este ensaio não pretende ser um estudo histórico, mas sim uma análise crítica de conceitos, não vejo necessidade de mencionar aqui outros estudos de historiadores contemporâneos que têm aprofundado bastante as dimensões a que chegou a penetração do ideário iluminista em Portugal. Uma boa recolha de textos de autores portugueses que revelam essa faceta foi, aliás, levada a cabo por José Luís Cardoso e Pedro Calafate nos seis volumes de *Portugal como problema* (Lisboa: FLA De Público, 2006). José Luís Cardoso tem ele próprio à sua conta diversos valiosos trabalhos nesse domínio.

19. pp. 58-70.

20. Ver pp. 58-59.

21. "Modernidade, pós-modernidade e outras nublosidades" in *Cultura - História e Filosofia* 22, 2006, pp. 49-69; "Enlightenment's Wake? – or the condemnation to modernity as the only exit for a European identity" in Teresa Pinheiro, Beata Cieszynska, and J. Eduardo Franco, eds, *Ideas of/for Europe: an interdisciplinary approach to European identity*, Peter Lang, 2012, pp. 381-388.

22. Ver Richard Beale Davies, *The Abbé Corrêa in America, 1812-1820 – The Contributions of the Diplomat and Natural Philosopher to the Foundations of Our National Life*. Preface by Gordon S. Wood and Afterward by Léon Bourdon, Gávea-Brown Publications, 1993, volume organizado por mim. Recentemente, surgiu uma versão portuguesa deste volume coordenada por José Luís Cardoso: *O Abade Correia da Serra na América*, Imprensa das Ciências Sociais, 2013.

23. Sobre essa intervenção do Abade Correia da Serra em favor do Reino Unido de Portugal e Brasil escrevi "O Abade Correia da Serra e a Lei da Neutralidade," *Portuguese Times*, 21-10-1982, texto que coligi depois no meu *L(USA)lândia – a Décima Ilha*, Angra do Heroísmo: Secretaria Regional dos Assuntos Sociais / Direção de Serviços de Emigração, 198, pp. 227-230

24. *Social Studies of Science*, vol. 30, no. 4, 2000, pp. 591-619.

onésimo t. almeida is Professor in the Department of Portuguese and Brazilian Studies, and also in the Renaissance and Early Modern Studies Program, as well as in the Wayland Collegium for Liberal Learning, at Brown University. Author of two dozen books and more than two hundred essays in journals and edited volumes, his most recent books are *Despenteando Parágrafos* and *A Obsessão da Portugalidade*, published by Quezal, Lisbon, in 2015 and 2017 respectively. He received an Honorary degree from the University of Aveiro.